



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

4ª VARA DO TRABALHO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – 0133

[2001 a 2500 processos]

Em 29 de setembro de 2020, a Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, Desembargadora **MARIA MADALENA DE OLIVEIRA**, em cumprimento ao inciso II do artigo 29 do Regimento Interno presidiu a Correição Ordinária Telepresencial na Unidade, conforme Edital CR N° 6/2020, divulgado em 12/8/2020 no DEJT (Edição 3036/2020 – Caderno do TRT da 15ª Região – páginas 1002/1003). Presentes, por videoconferência, o MMo Juiz Titular JÚLIO CÉSAR TREVISAN RODRIGUES, a MMA Juíza Substituta Auxiliar Fixa PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD e o MMo Juiz Substituto RODRIGO FERNANDO SANITA. Com base nas informações prestadas pela Vara do Trabalho e nos dados dos sistemas processuais, apurou-se, no período correicionado, o seguinte:

Equipe de Correição:	Adriana Castello Branco Pannoni Maricato Deffente, Luciano Marcelo Christ, Luís Cláudio da Silva, Nivia Silva Pedrosa Franceschi, Renato de Carvalho Miatto e Suely Suzuki.
Jurisdição Atendida:	BADY BASSITT, UCHOA, SAO JOSE DO RIO PRETO, POTIRENDABA, PAULO DE FARIA, PALESTINA, ORINDIUVA, ONDA VERDE, IPIGUA, JACI, MIRASSOL, NOVA GRANADA, NEVES PAULISTA, GUAPIACU, CEDRAL
Lei de Criação:	10.770/03
Data de Instalação:	25/04/2005
Data de Instalação do PJE:	26/03/2014
Data da Última Correição:	11/11/2019
Acervo Físico/Acervo Total:	
Acervo PJe/Acervo Total:	100 %



1 - TITULARIDADE:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

JUIZ TITULAR	TITULAR DESDE
JULIO CESAR TREVISAN RODRIGUES	12/03/2012

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
16/10/2019 a 15/12/2019	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
16/12/2019 a 13/02/2020	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
14/02/2020 a 14/03/2020	FERIAS
15/07/2020 a 13/08/2020	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2019 a 17/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
DENISE SANTOS SALES DE LIMA	10/08/2020 a 16/08/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	18/11/2019 a 19/12/2019
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	09/03/2020 a 07/04/2020
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	08/04/2020 a 12/04/2020
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	20/05/2020 a 31/05/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
LARISSA RABELLO SOUTO TAVARES COSTA	31/08/2020 a 06/09/2020
LARISSA RABELLO SOUTO TAVARES COSTA	07/09/2020 a 15/09/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	12/06/2019 a 22/09/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
04/12/2019 a 04/12/2019	LICENCA P/TRATAMENTO DE SAUDE
10/01/2020 a 10/01/2020	LICENCA P/TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMILIA
22/02/2020 a 22/02/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
09/03/2020 a 07/04/2020	FERIAS
16/05/2020 a 16/05/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO
01/07/2020 a 08/07/2020	AFASTAMENTO - FALECIMENTO
20/08/2020 a 24/08/2020	AFASTAMENTO - FALECIMENTO
16/09/2020 a 22/09/2020	FERIAS



2 - JUIZES AUXILIARES E SUBSTITUTOS [01/11/2019 a 17/09/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Assessoria de Apoio aos Magistrados)

NOME	PERÍODO
RINALDO SOLDAN JOAZEIRO	21/01/2020 a 05/02/2020

Afastamentos: Não houve

NOME	PERÍODO
RODRIGO FERNANDO SANITA	06/02/2020 a 13/02/2020
RODRIGO FERNANDO SANITA	14/02/2020 a 08/03/2020
RODRIGO FERNANDO SANITA	15/07/2020 a 13/08/2020
RODRIGO FERNANDO SANITA	14/08/2020 a 16/08/2020
RODRIGO FERNANDO SANITA	18/09/2020 a 22/09/2020

Afastamentos:

PERÍODO	MOTIVO
15/02/2020 a 15/02/2020	DIA TRAB PLANTAO JUDICIARIO



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.1 - Lotação [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

NOME	CARGO	FUNÇÃO COMISSIONADA	EXERCÍCIO NA LOTAÇÃO
ADEMIR CLARO	TJA	FC-02 ASSISTENTE	19/11/2018
ADRIANA MARQUES DIAS SECCHES	TJA	-	04/12/2017
CARLOS RODOLFO SCANDAR PETRUCCELLI	AJA	FC-04 CALCULISTA	09/01/2017
DIEGO NUNES FERREIRA	AJJ	FC-05 ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	03/11/2016
JOSE APARICIO MIRON	ND	FC-01 EXECUTANTE	17/07/2006
JULIO CESAR SANCHES DE LIMA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	03/03/2009
PEDRO LUCAS FILHO	ND	-	14/12/2016
REGINA MARI ENOMOTO TABARINI	TJA	CJ-03 DIRETOR DE SECRETARIA DE VT	14/12/2009
RENATA PEREIRA PRADELA	AJJ	FC-02 ASSISTENTE	05/08/2013
SIMONE SANCHES MANFRIN CARVALHO	TJA	FC-04 SECRETARIO DE AUDIENCIA	05/09/2011
TOTAL DE SERVIDORES DO QUADRO			8
TOTAL DE SERVIDORES EXTRA-QUADRO			2



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.2 - Ausências, exceto férias [11/2019 a 08/2020]:
(fonte: e-Correição Adm e Coordenadoria de Provimento e Vacância)

MOTIVO	DIAS
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM ELEIÇÃO/TREINAMENTO	4
COMPENSAÇÃO DE DIAS TRABALHADOS EM PLANTÃO JUDICIÁRIO	2
LICENÇA PARA DOAÇÃO DE SANGUE	1
LICENÇA PARA TRATAMENTO DA PRÓPRIA SAÚDE	9
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA	41
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA SEM REMUNERAÇÃO	26
LICENÇA PARA TRATAMENTO DE PESSOA DA FAMÍLIA (31º AO 60º DIA)	30
LICENÇA PATERNIDADE	5
TOTAL	118



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.3 - Estagiários [31/08/2020]:

(fonte: e-Correição Adm e Área de Controle de Estágio e Voluntariado)

NOME	ÓRGÃO CONVENIADO	INÍCIO DO ESTÁGIO
BEATRIZ REIA	CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA	16/06/2019



3 - INFORMAÇÕES FUNCIONAIS

3.4 - Ações de capacitação [31/08/2020]: (fonte: e-Correição Adm e Escola Judicial)

JUIZES	HORAS
JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO	3
PRISCILA GIL DE SOUZA MURAD	113
RODRIGO FERNANDO SANITA	35

SERVIDORES	HORAS
ADRIANA MARQUES DIAS SECCHES	27
CARLOS RODOLFO SCANDAR PETRUCCELLI	28
DIEGO NUNES FERREIRA	117
JULIO CESAR SANCHES DE LIMA	34
REGINA MARI ENOMOTO TABARINI	45
RENATA PEREIRA PRADELA	76
SIMONE SANCHES MANFRIN CARVALHO	4



4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	950	1.108	806
	Aguardando encerramento da instrução	1.525	826	1.216
	Aguardando prolação de sentença	24	34	18
	Aguardando cumprimento de acordo	296	344	294
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.636	1.742	1.531
	Pendentes de finalização	4.431	4.052	3.864
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	375	463	410
	Liquidados pendentes de finalização na fase	295	322	286
	Pendentes de finalização	670	785	696
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.678	1.771	1.891
	Encerrados pendentes de finalização na fase	452	274	244
	Pendentes de finalização	2.130	2.045	2.135
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	45	7	11
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	234	115	76
TOTAL		7.510	7.004	6.782

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

4 - QUADRO SINTÉTICO - FASES PROCESSUAIS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

FASE	SITUAÇÃO	QTDE	MÉD. GRP	MÉD. FRM
CONHECIMENTO	Aguardando primeira audiência	561	600	488
	Aguardando encerramento da instrução	1.710	686	1.335
	Aguardando prolação de sentença	154	146	97
	Aguardando cumprimento de acordo	435	432	420
	Solucionados pendentes de finalização na fase	1.692	1.725	1.698
	Pendentes de finalização	4.552	3.590	4.038
LIQUIDAÇÃO	Pendentes de homologação dos cálculos	123	93	78
	Liquidados pendentes de finalização na fase	843	660	734
	Pendentes de finalização	966	753	812
EXECUÇÃO	Pendente de extinção da execução	1.541	1.570	1.693
	Encerrados pendentes de finalização na fase	315	247	208
	Pendentes de finalização	1.856	1.826	1.901
ARQUIVO	Saldo de processos no arquivo provisório Liquidação	3	9	1
	Saldo de processos no arquivo provisório Execução	17	89	21
TOTAL		7.394	6.267	6.772



5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	226	216	56
Tutelas Provisórias	273	300	22
Incidentes na Liquidação/Execução	149	138	80
TOTAIS	648	654	158

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

5 - INCIDENTES PROCESSUAIS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	RESOLVIDOS	PENDENTES
Embargos de declaração	236	213	65
Exceções de Incompetência	9	7	25
Antecipações de Tutela	307	309	11
Impugnações à Sentença de Liquidação	41	31	31
Embargos à Execução	126	127	65
Embargos à Arrematação	1	0	3
Embargos à Adjudicação	1	0	1
Exceções de Pré-Executividade	1	0	8
TOTAIS	722	687	209



6 - RECURSOS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	660	644	235
Recurso Adesivo	42	42	14
Agravo de petição	194	141	67
Agravo de Instrumento	33	16	18
TOTAIS	929	843	334

PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

6 - RECURSOS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

TIPO	NOVOS	COM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE	SEM JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE
Recurso Ordinário	901	845	127
Recurso Adesivo	54	45	15
Agravo de petição	190	186	60
Agravo de Instrumento	26	6	15
TOTAIS	1.171	1.082	217



7 - PRAZOS MÉDIOS [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência na fase de conhecimento	851	140	174	141
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução	1.254	439	354	404
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	1.277	457	396	421
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento	812	25	37	21

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação	774	292	237	260

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	347	1.137	787	864
Do início ao encerramento da execução - ente público	29	309	788	435
Total / Média	376	1.073	788	812

*Do início até a extinção da execução



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

7 - PRAZOS MÉDIOS [10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão)

7.1 - Fase de Conhecimento:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Rito Sumaríssimo	780	191	190	165
Do ajuizamento da ação até o encerramento da instrução - Exceto Rito Sumaríssimo	1.501	504	434	491
Total / Média	2.281	397	355	378

Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Rito Sumaríssimo	786	209	202	175
Do ajuizamento da ação até a prolação de sentença - Exceto Rito Sumaríssimo	1.447	502	458	499
Total / Média	2.233	399	375	385

Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Rito Sumaríssimo	396	41	30	22
Da conclusão até a prolação da sentença na fase de conhecimento - Exceto Rito Sumaríssimo	969	45	41	29
Total / Média	1.365	44	38	27

7.2 - Fase de Liquidação:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da liquidação - Rito Sumaríssimo	218	303	216	222
Do início ao encerramento da liquidação - Exceto Rito Sumaríssimo	719	405	262	283
Total / Média	937	381	253	268

*Do início da liquidação até a homologação dos cálculos

7.3 - Fase de Execução:

	QTDE	DIAS	DIAS GRP	DIAS FRM
Do início ao encerramento da execução - ente privado	247	2.131	1.661	2.072
Do início ao encerramento da execução - ente público	37	1.114	1.161	1.048
Total / Média	284	1.999	1.583	1.890

*Do início até a extinção da execução



8 - MAIORES IDADES MÉDIAS [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ITEM	PROCESSO	ENTRADA	DISTRIBUIÇÃO	IDADE (DIAS)
Da Distribuição até o Encerramento da Instrução	0000195-49.2011.5.15.0133	10/02/2020	01/02/2011	3499
Do Início ao Encerramento da Liquidação	0159300-67.2008.5.15.0133	06/12/2010	02/10/2008	3556
Do Início ao Encerramento da Execução	0352500-44.2005.5.15.0133	20/01/2004	23/08/2005	6068

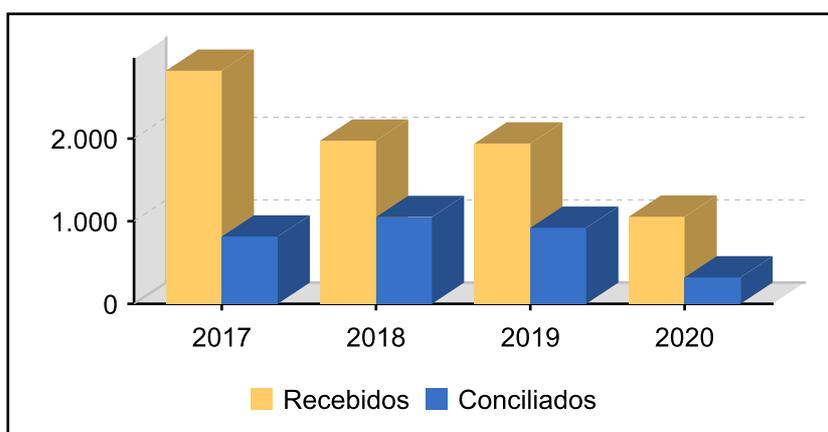


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

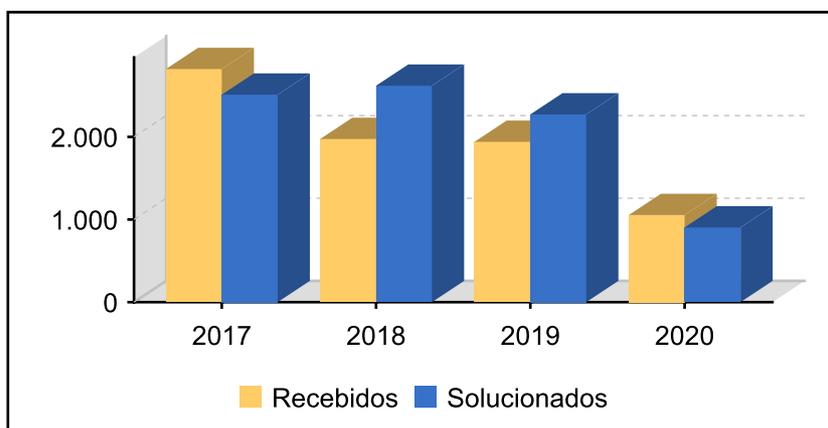
9.1 - Índice de conciliações [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	CONCILIADOS	%
2017	2.821	814	28,86
2018	1.975	1.050	53,16
2019	1.940	920	47,42
2020	1.054	320	30,36



9.2 - Índice de soluções [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.821	2.511	89,01
2018	1.975	2.619	132,61
2019	1.940	2.272	117,11
2020	1.054	904	85,77



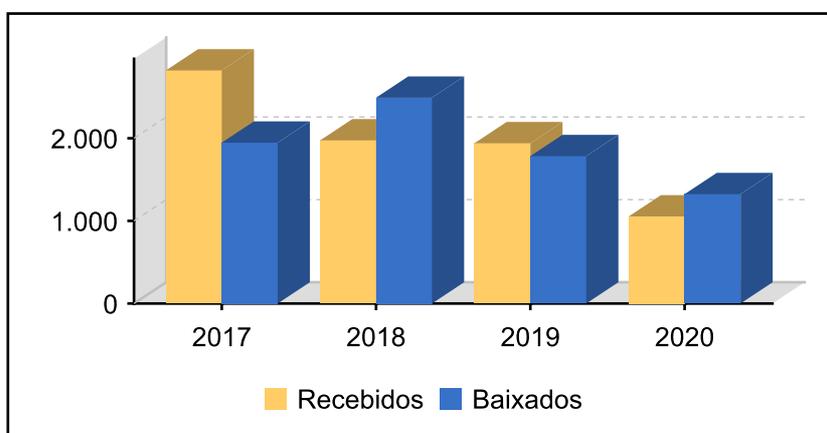


9 - MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL/PRODUTIVIDADE DA UNIDADE:

(fonte: e-Gestão)

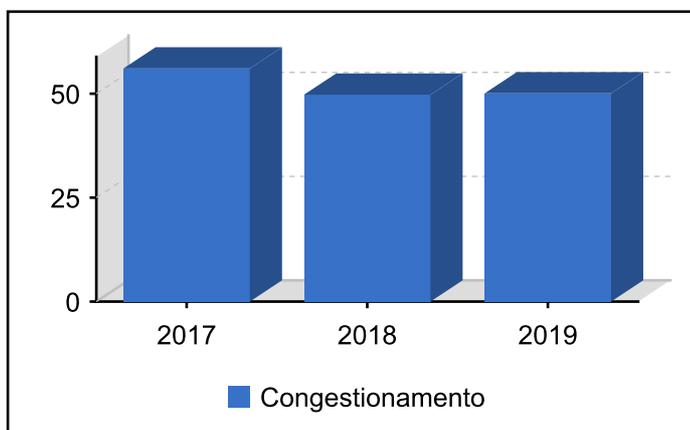
9.3 - Índice de baixas [até 08/2020]:

ANO	RECEBIDOS	BAIXADOS	%
2017	2.821	1.947	69,02
2018	1.975	2.491	126,13
2019	1.940	1.784	91,96
2020	1.054	1.324	125,62



9.4 - Índice de congestionamento até a sentença:

ANO	ACERVO	NOVOS	SOLUCIONADOS	%
2017	2.894	2.821	2.511	56,06
2018	3.237	1.975	2.619	49,75
2019	2.611	1.940	2.272	50,08

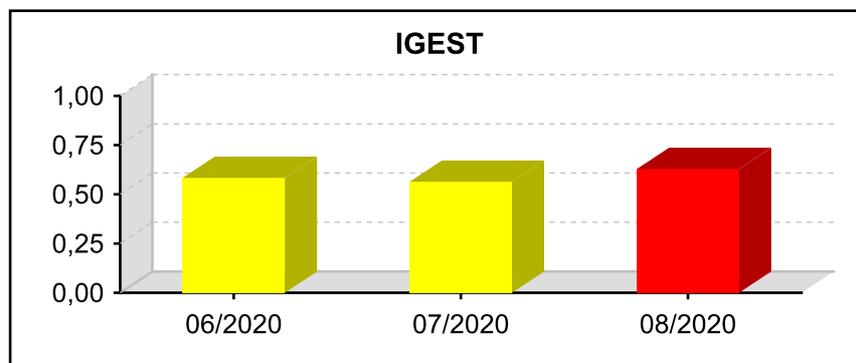
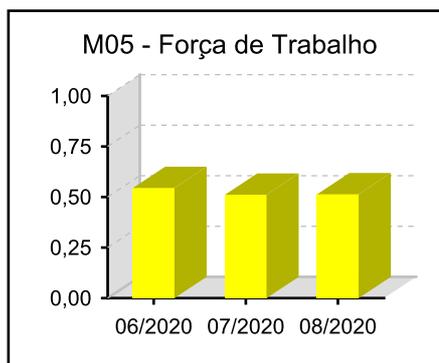
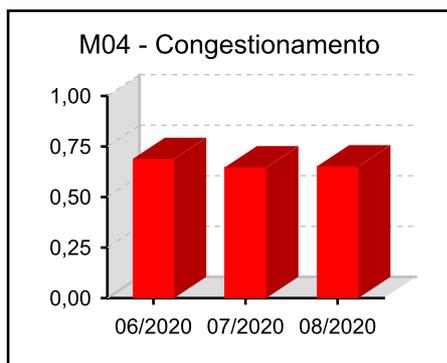
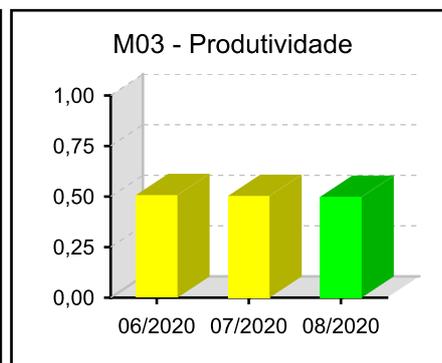
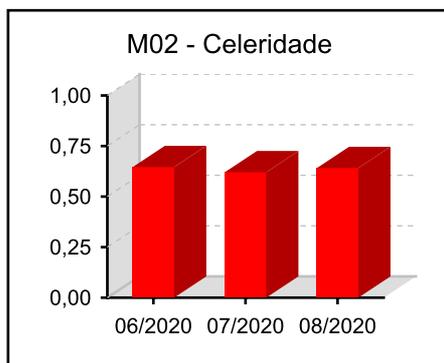
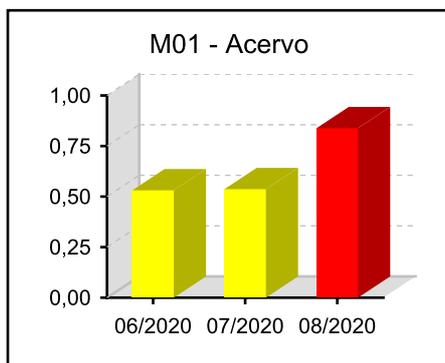




10 - ÍNDICE NACIONAL DE GESTÃO DE DESEMPENHO DA JUSTIÇA DO TRABALHO - IGest:

(fonte: e-SInCor - IGEST e Horus - TRT8)

DATA IGEST	M01	M02	M03	M04	M05	IGEST
06/2020	0,5311	0,6458	0,5075	0,6884	0,5449	0,5835
07/2020	0,5368	0,6204	0,5033	0,6468	0,5115	0,5638
08/2020	0,8382	0,6410	0,4989	0,6514	0,5137	0,6286





11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	620	51,7	30,4
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	836	69,7	41,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	1.456	121,3	71,4
Processos solucionados - sem exame de mérito	192	16,0	9,4
Incidentes Processuais Resolvidos	839	69,9	41,1
Dias-Juiz	612	51,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	29.670	57,5	33,1
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	40.914	79,3	45,6
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	70.584	136,8	78,6
Processos solucionados - sem exame de mérito	8.166	15,8	9,1
Incidentes Processuais Resolvidos	35.270	68,4	39,3
Dias-Juiz	26.931	52,2	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	80.087	43,6	29,8
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	114.306	62,3	42,5
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	194.393	105,9	72,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	22.983	12,5	8,5
Incidentes Processuais Resolvidos	95.965	52,3	35,7
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

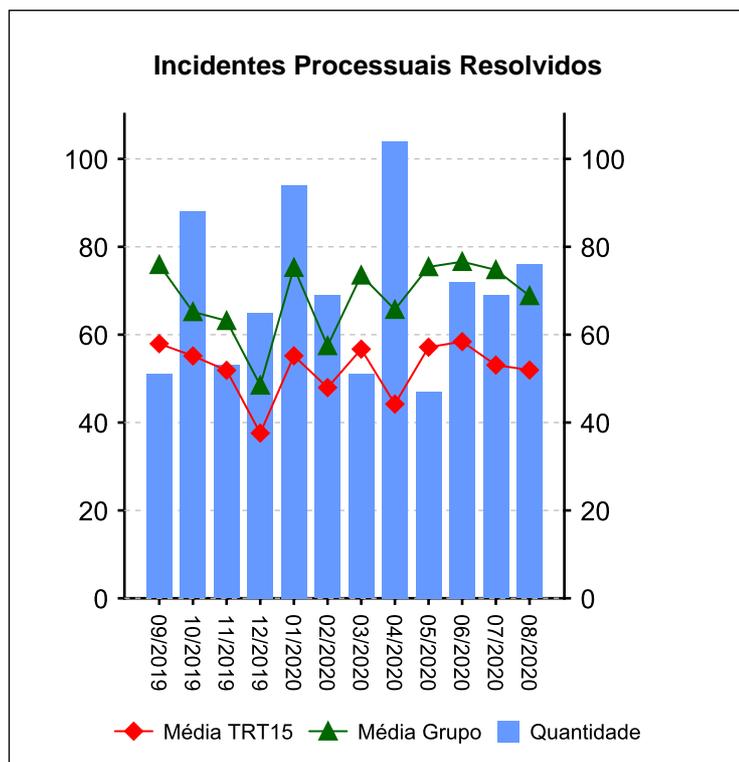
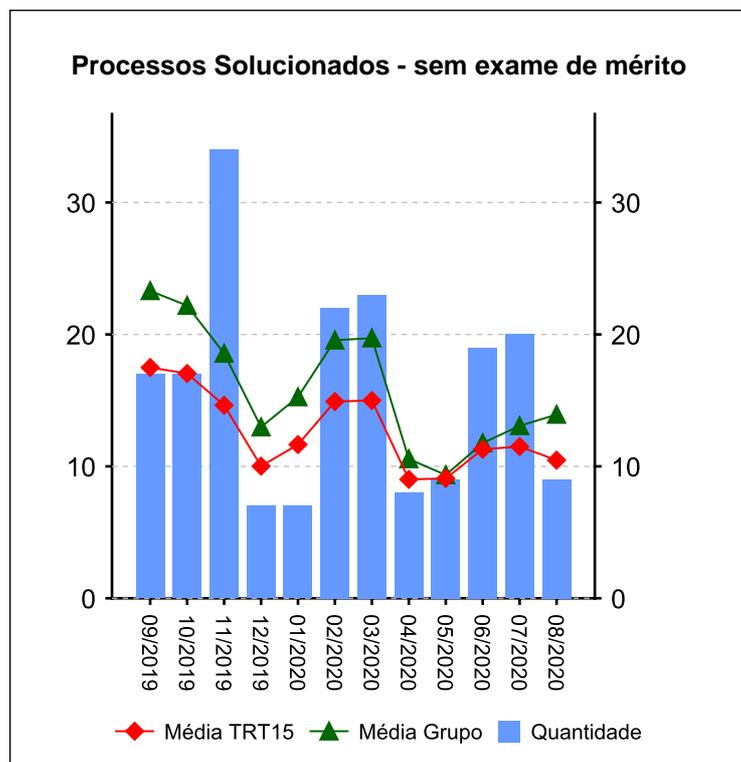
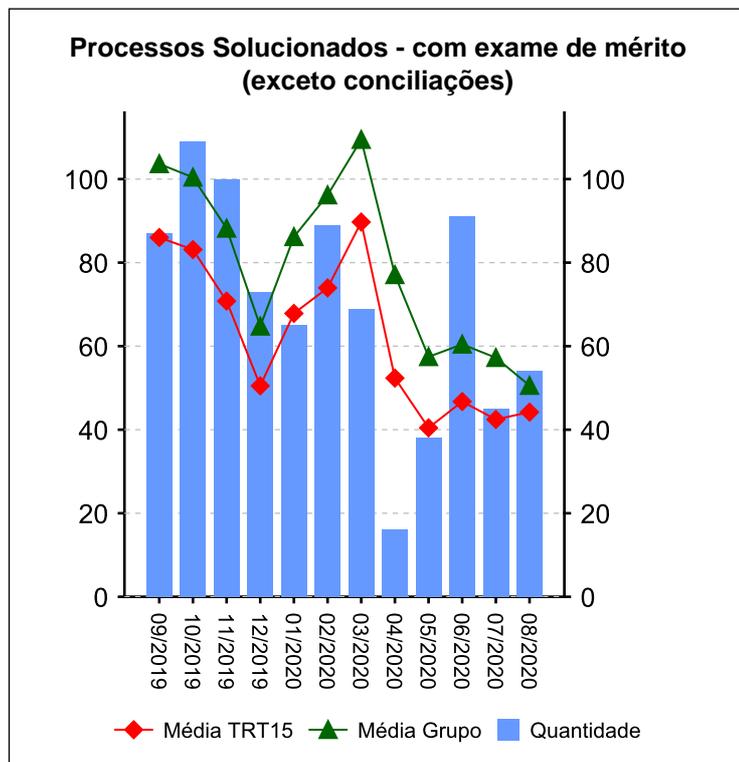
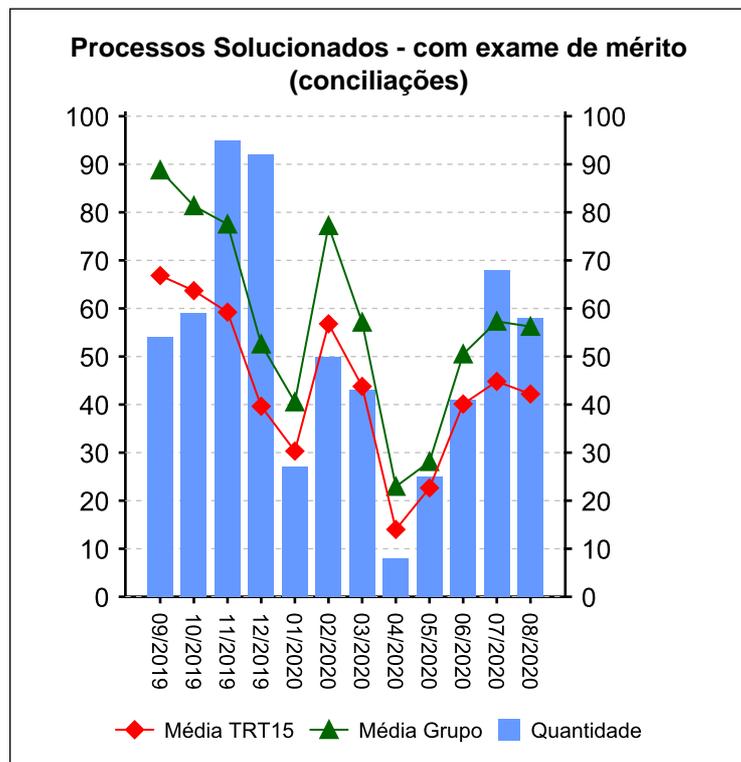
*Aferição de Resultado Individual Aproximado

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	197	16,4	9,7
Sessões de audiência realizadas - instrução	414	34,5	20,3
Sessões de audiência realizadas - una	484	40,3	23,7
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	681	56,8	33,4
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	300	25,0	14,7
Sessões de audiência realizadas - justificação prévia	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - instrução e julgamento	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - encerramento de instrução	0	0,0	0,0
Sessões de audiência realizadas - inquirição de testemunha (juízo	5	0,4	0,2
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	898	74,8	44,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	981	81,8	48,1
Dias-Juiz	612	51,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.931	52,2	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	80.671	43,9	---

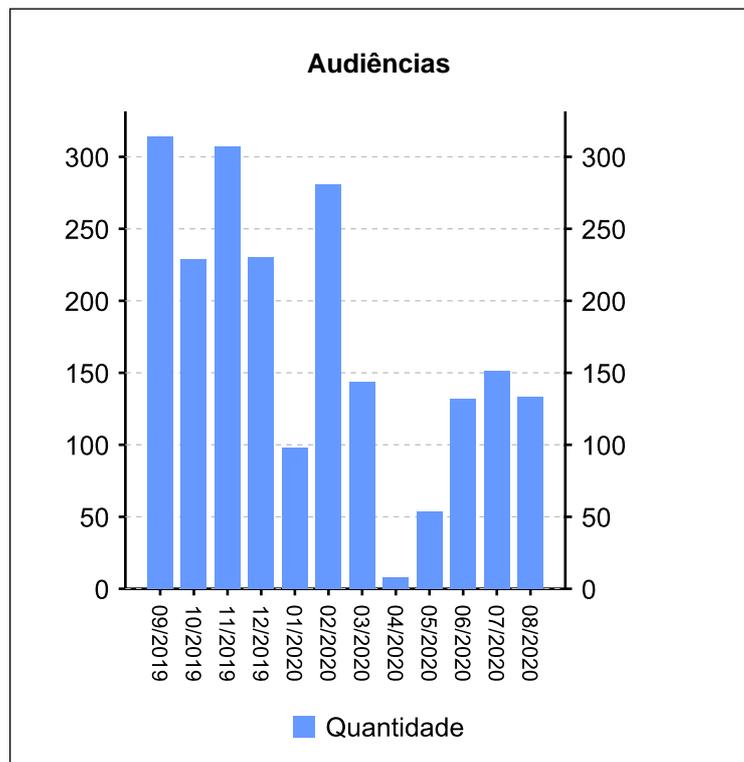


11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

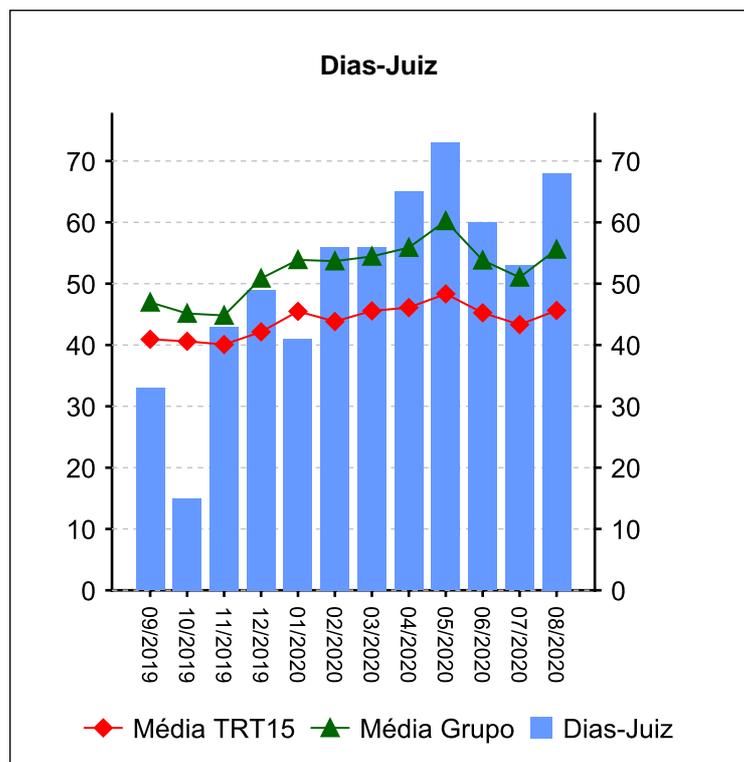
[09/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
09/2019	49	112	27	59	67	314
10/2019	103	22	14	37	53	229
11/2019	132	28	24	57	66	307
12/2019	58	19	21	53	79	230
01/2020	9	8	16	40	25	98
02/2020	56	44	39	95	46	280
03/2020	40	21	12	41	26	140
04/2020	7	1	0	0	0	8
05/2020	40	2	0	12	0	54
06/2020	60	15	0	0	57	132
07/2020	90	21	4	4	32	151
08/2020	37	7	40	16	33	133
Total	681	300	197	414	484	2076



Dias-Juiz

Mês/Ano	Qtd
09/2019	33
10/2019	15
11/2019	43
12/2019	49
01/2020	41
02/2020	56
03/2020	56
04/2020	65
05/2020	73
06/2020	60
07/2020	53
08/2020	68
Média Mensal	51,0



PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Processos - Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	925	77,1	48,5
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	1.106	92,2	58,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	2.031	169,3	106,5
Processos solucionados - sem exame de mérito	267	22,3	14,0
Incidentes Processuais Resolvidos	687	57,3	36,0
Dias-Juiz	572	47,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	41.417	80,3	46,3
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	56.348	109,2	63,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	97.765	189,5	109,3
Processos solucionados - sem exame de mérito	11.847	23,0	13,2
Incidentes Processuais Resolvidos	36.970	71,6	41,3
Dias-Juiz	26.842	52,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Processos - Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Processos solucionados - com exame de mérito (conciliações) [A]	120.245	65,5	42,7
Processos solucionados - com exame de mérito (exceto conciliações) [B]	163.408	89,0	58,0
Processos solucionados - com exame de mérito [A + B]	283.653	154,5	100,7
Processos solucionados - sem exame de mérito	33.747	18,4	12,0
Incidentes Processuais Resolvidos	104.163	56,7	37,0
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

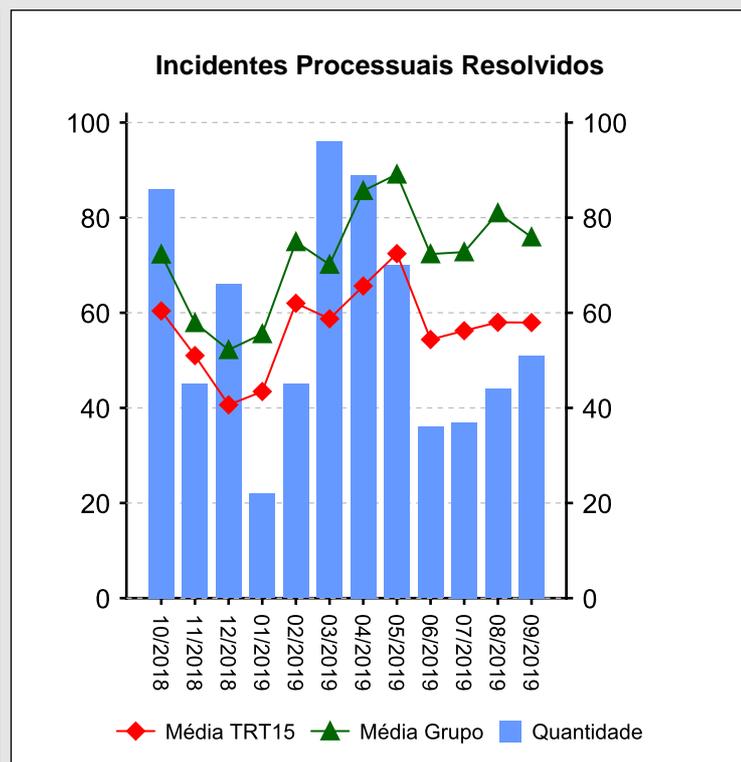
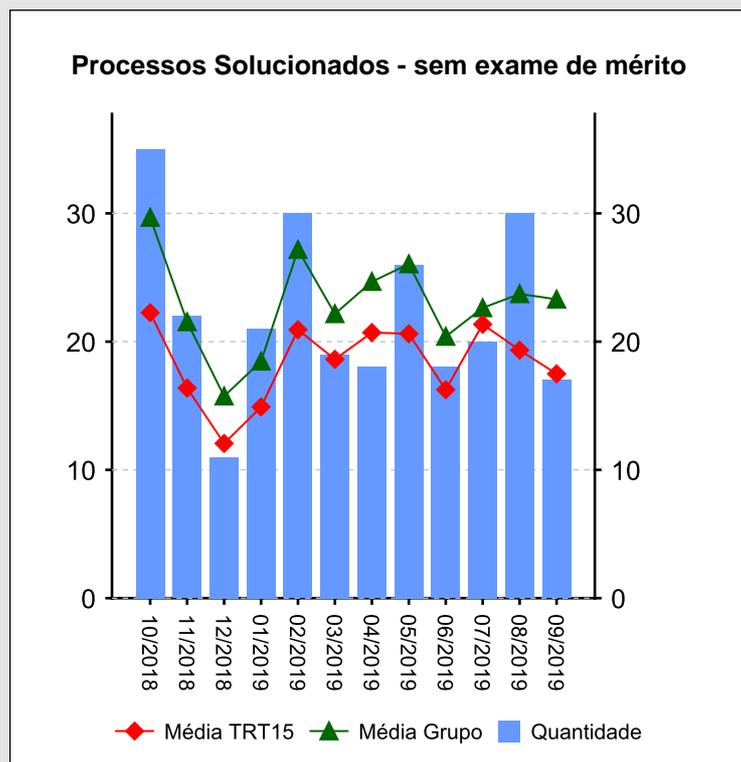
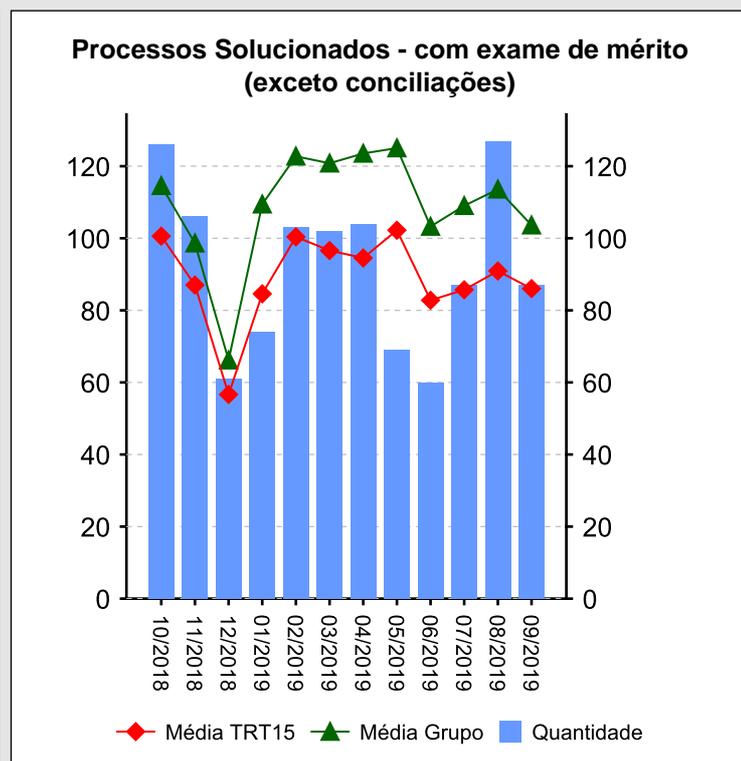
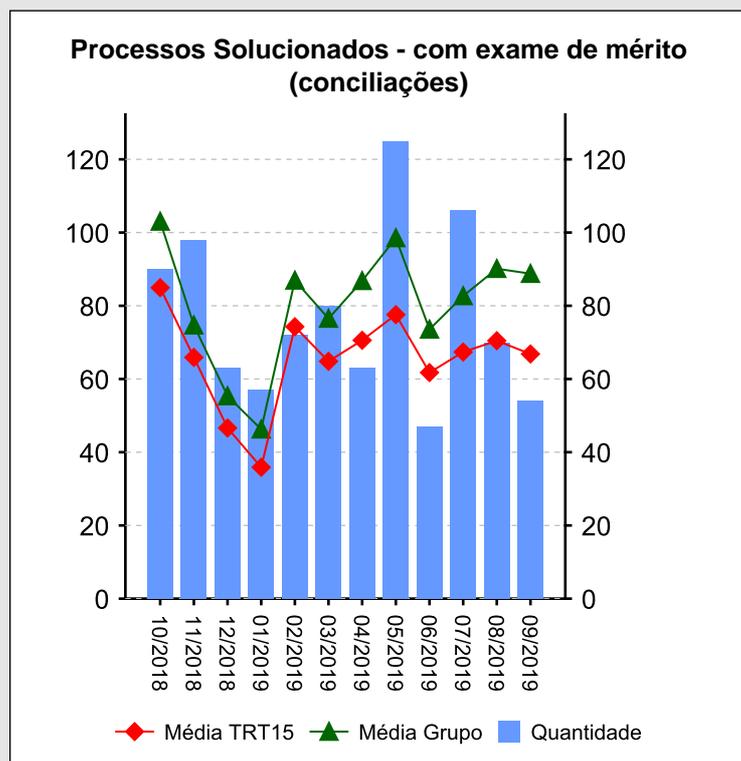
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.1 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - SOLUCIONADOS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Processos





PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Informações Individuais	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Sessões de audiência realizadas - inicial	880	73,3	46,2
Sessões de audiência realizadas - instrução	653	54,4	34,2
Sessões de audiência realizadas - una	764	63,7	40,1
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de conhecimento	801	66,8	42,0
Sessões de audiência realizadas - conciliação na fase de execução	473	39,4	24,8
Sessões de audiência realizadas - una + instrução	1.417	118,1	74,3
Sessões de audiência realizadas - conciliação conhecimento + execução	1.274	106,2	66,8
Dias-Juiz	572	47,7	---

*Aferição de Resultado Individual Aproximado

Informações do Grupo	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	26.842	52,0	---

Informações do TRT15	Quantidade	Média Mensal	
		Total	RARIA*
Dias-Juiz	84.531	46,0	---

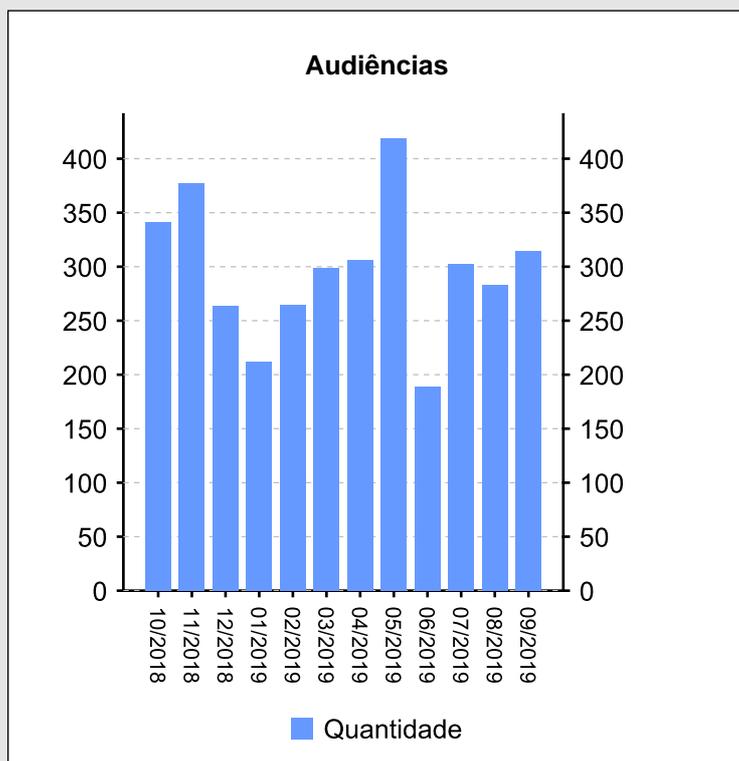
PERÍODO CORREICIONAL ANTERIOR

11.2 - AFERIÇÃO DE RESULTADOS - AUDIÊNCIAS

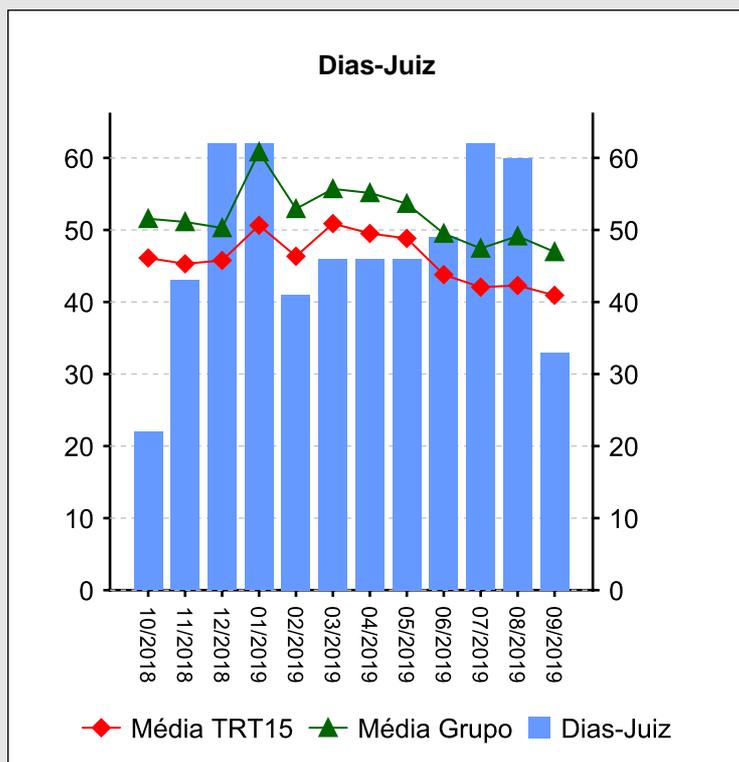
[10/2018 a 09/2019]:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Aferição de Resultados)

Resumo - Audiências



Audiências	Conciliação Conhec.	Conciliação Exec.	Inicial	Instrução	UNA	Total
10/2018	69	52	105	51	64	341
11/2018	139	21	103	49	65	377
12/2018	32	33	94	42	63	264
01/2019	12	8	86	39	67	212
02/2019	51	17	91	44	62	265
03/2019	88	58	74	37	42	299
04/2019	25	44	116	60	61	306
05/2019	172	51	90	49	57	419
06/2019	34	10	26	53	66	189
07/2019	73	36	36	81	76	302
08/2019	57	31	32	89	74	283
09/2019	49	112	27	59	67	314
Total	801	473	880	653	764	3571



Dias-Juiz	
Mês/Ano	Qtd
10/2018	22
11/2018	43
12/2018	62
01/2019	62
02/2019	41
03/2019	46
04/2019	46
05/2019	46
06/2019	49
07/2019	62
08/2019	60
09/2019	33
Média Mensal	47,7



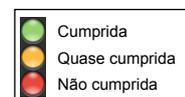
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 1 [CNJ] - Julgar mais processos que os distribuídos

Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

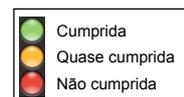
Casos Novos	Solucionados	Meta	Pendentes de Solução	Média Mensal de Casos Novos	Média Mensal de Processos Solucionados	Grau de Cumprimento
1940	2272	1940	0	162	189	100 %



Meta 2 [CNJ] - Julgar processos mais antigos

Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017

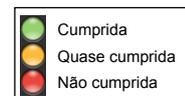
Processos distribuídos até 31/12/2017	Meta	Solucionados	Pendentes de Solução	Média Mensal de Processos Solucionados (Total)	Média Mensal de Processos Solucionados (Meta 2)	Taxa de soluções Meta 2 x Total*	Grau de Cumprimento
2821	2595	2171	424	189	45	24 %	84 %



Meta 5 [CNJ] - Impulsionar processos à execução

Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente

Execuções Iniciadas	Execuções Baixadas	Meta	Execuções Pendentes	Média Mensal de Execuções Iniciadas	Média Mensal de Execuções Baixadas	Grau de Cumprimento
680	382	680	298	57	32	56 %





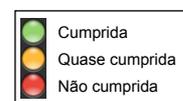
12 - METAS NACIONAIS 2019:

(fonte: e-Gestão e Relatório de Acompanhamento de Metas)

Meta 6 [CNJ] - Priorizar o julgamento das ações coletivas

Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016

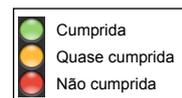
Processos pendentes da meta em 31/12/2016	Processos solucionados a partir de 01/01/2017	Pendentes de Solução (Calculado)	Pendentes de Solução na meta (e-Gestão)	Grau de Cumprimento
4	4	0	0	100 %



Meta 5 [JT] - Tempo médio de Duração do Processo - Conhecimento

Reduzir em 4% o prazo médio em relação ao ano base 2017 [TMDP1c]

Prazo Médio em 2017	Prazo Médio em 2019	Meta	Grau de Cumprimento
381	410	366	88 %





13 - ARRECADAÇÃO [11/2019 a 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

CUSTAS E EMOLUMENTOS	IMPOSTO DE RENDA	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA
R\$ 89.556,26	R\$ 374.343,83	R\$ 2.562.816,34



14 - PENDENTES DE SOLUÇÃO [até 08/2020]:

(fonte: e-Gestão)

ANO	PROCESSOS
2011	23
2012	3
2013	1
2015	15
2016	119
2017	426
2018	437
2019	679
2020	820



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15 – ITENS DE EXAME E REGISTRO OBRIGATÓRIO (Artigo 32 da Consolidação dos Provimentos da CGJT):

Com base nas informações prestadas, registra-se que o Juízo:

15.1 – pronuncia-se explicitamente acerca da admissibilidade dos recursos ordinários, agravos de petição e recursos adesivos interpostos, não se limitando a proferir despachos nos quais haja apenas referência às locuções “Processe-se o recurso, na forma da lei” ou “Admito o recurso, na forma da lei”; processa o agravo de petição somente quando o agravante delimita, justificadamente, as matérias e os valores impugnados e se o ato impugnado comportar recurso;

15.2 – ordena imediatamente, após a liquidação da sentença em que se apure crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal ou incontroverso, a pronta liberação deste em favor do credor, de ofício ou a seu requerimento;

15.3– não determina a citação do(s) sócio(s), quando da desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, assinalando-lhe(s) o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para que indique(m) bens da sociedade (artigo 795 do CPC) ou não os havendo, garanta(m) a execução, sob pena de penhora. Porém, a Unidade adota o procedimento de incidente de desconsideração da personalidade jurídica, nos termos dos artigos 133 a 137 do CPC;

15.4 – fazia uso do sistema BACENJUD, ora substituído pelo Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJUD. Até a presente data, não foi possível aferir a quantidade de ordens de bloqueio de valores emitida, tampouco a existência de eventuais pendências, por tratar-se de sistema em implementação, que tem apresentado impedimentos técnicos.

15.5 – há audiências telepresenciais designadas em 5 (cinco) dias da semana;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



15.6 – inclui na pauta de audiências de conciliação os processos na fase de execução – foram realizadas 300 (trezentas) no período de 09/2019 a 08/2020;

15.7 – exaure suas iniciativas objetivando tornar exitosa a execução mediante a utilização do BACENJUD, INFOJUD, RENAJUD, SIMBA (em implementação) e a aplicação subsidiária dos arts. 772 a 777 do CPC.

Quanto aos demais aspectos (assiduidade dos Magistrados; principais prazos da Vara do Trabalho; eventuais inconsistências de lançamentos no sistema; mormente liquidação de sentença; quitação; oposição de embargos e data de conclusão aos MMºs Juízes para sentença e incidentes; número de processos aguardando sentença na fase de conhecimento e incidentais à fase de instrução), há registros nos itens 1, 2, 4, 5, 7 e 10 e eventuais especificidades encontram-se destacadas nas determinações ou orientações desta Ata.

16 – AUDIÊNCIAS

Conforme informado pela gestora da Unidade no questionário pré-correicional, há audiências agendadas com regularidade até:

16.1 – PAUTA REGULAR

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)	QUANTIDADE AGUARDANDO DESIGNAÇÃO (número de processos)	PRAZO ATÉ A REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA (número de dias)
INICIAIS/ Ord:	03/12/2020	6	71
INICIAIS/ Sum:	03/12/2020	9	71
UNAS/ Ord:	13/05/2020	31	232



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



UNAS/Sum:	13/05/2020	24	232
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	15/02/2022	*149	510
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	15/02/2022	*149	510
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	15/02/2022	**21	510
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	15/02/2022	**21	510
CONCILIAÇÃO:	-	-	-
MEDIAÇÃO:	-	-	-
INQUIRIÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	Não estamos designando audiência para inquirição de testemunha, mas sim sugerindo a oitiva de modo telepresencial pelo próprio Juízo Deprecante.	2 (aguardam retorno das atividades presenciais, uma vez que as partes se manifestaram contrárias à realização do evento virtual)	-

Observações: * e **Com relação às instruções, informo que desde que se instalou a crise sanitária gerada pela pandemia de Sars-Cov-2 (COVID-19), este Juízo adotou o rito do art. 335 do CPC, com apresentação de contestação e defesa em secretaria para todos os processos sem pedido de perícia, independentemente do rito (ordinário ou sumaríssimo), intimando as partes, após, para manifestação com relação à instrução telepresencial.

De modo que, há 170 processos sem audiência de instrução designada porque as partes, conjuntamente, manifestaram-se com pedido de suspensão do feito até o retorno dos atos presenciais, discordando da realização do evento telepresencial.

16.2 – PAUTA TELEPRESENCIAL

Juiz Titular / Juiz Substituto

TIPO	DESIGNAÇÃO COM REGULARIDADE ATÉ (Data mais distante)
------	--



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



INICIAIS/ Ord:	01/12/2020
INICIAIS/ Sum:	01/12/2020
UNAS/ Ord:	26/05/2020
UNAS/Sum:	26/11/2020
INSTRUÇÕES/Ord (sem perícia):	25/01/2021
INSTRUÇÕES/Ord (com perícia):	25/01/2021
INSTRUÇÕES/Sum (sem perícia):	25/01/2021
INSTRUÇÕES/Sum (com perícia):	25/01/2021
CONCILIAÇÃO:	01/12/2020
MEDIAÇÃO:	04/11/2020
INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (juízo deprecado)	Não estamos designando audiência para inquirção de testemunha, mas sim sugerindo a oitiva de modo telepresencial pelo próprio Juízo Deprecante

Observações: *inclusão de todos os processos na pauta telepresencial a pedido, por triagem, remanejamento, exceto quando ambas as partes se manifestam contrariamente à realização do evento virtual.*

16.2.1 – COMPOSIÇÃO DAS PAUTAS TELEPRESENCIAIS

(fonte: Vara do Trabalho)

Juiz Titular / Juiz Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	-	-	-	-	cejusc	-
	tarde	-	2	1	*2	cejusc	3
terça	manhã	-	-	-	-	cejusc	-
	tarde	2	2	2	*2	cejusc	6
quarta	manhã	2	2	2	*2	cejusc	6
	tarde	-	-	-	-	cejusc	-
quinta	manhã	-	-	-	-	cejusc	-
	tarde	2	2	2	*2	cejusc	6
sexta	manhã	-	-	-	**8	cejusc	8
	tarde	-	-	-	-	-	-

Observações: * nos horários reservados para as audiências iniciais marcamos também conciliações

alternadamente, conforme a demanda.

** As conciliações de sexta-feira de manhã são revezadas pelos juízes. A cada 15 dias um deles faz as audiências.

Juiz Auxiliar Fixo (se houver pauta diferenciada)

DIA	PERÍODO	UNA	INICIAL	INSTRUÇÃO	CONCILIAÇÃO	MEDIAÇÃO	TOTAL
segunda	manhã	2	2	2	*2	cejusc	6
	tarde	-	-	-	-	cejusc	-
terça	manhã	2	2	2	*2	cejusc	6
	tarde	-	-	-	-	-	-
quarta	manhã	-	-	-	-	-	-
	tarde	-	2	1	*2	cejusc	3
quinta	manhã	2	2	2	*2	cejusc	6
	tarde	-	-	-	-	cejusc	-
sexta	manhã	-	-	-	8	cejusc	8
	tarde	-	-	-	-	-	-



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Observações: * nos horários reservados para as audiências iniciais marcamos também conciliações alternadamente, conforme a demanda.

** As conciliações de sexta-feira de manhã são revezadas pelos juízes. A cada 15 dias um deles faz as audiências.

Em virtude da situação excepcional, a análise da pauta de audiências e dados correlatos (prazo médio, composição da pauta, etc.) resta prejudicada em face da superveniência das Portarias Conjuntas GP-VPA-VPJ-CR nºs 003 e 005/2020 que dispõem sobre as medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), bem como da Portaria GP nº 25/2020, que institui Grupo de Trabalho visando à implementação e ao acompanhamento das medidas de retorno gradual ao trabalho presencial no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

Nada obstante às observações feitas pela Unidade, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional determina que os MMs. Juízes mantenham a designação das audiências (audiências iniciais e de instrução), a fim de que não haja pendências, sob pena de responsabilidade, na forma da recomendação do Excelentíssimo Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho, Ministro Aloysio Corrêa da Veiga, contida no Ofício Circular SECG/CGJT nº 064/2020, de 26 de agosto de 2020. Dando-se, assim, cumprimento ao Ato Conjunto CSJT.GP. VP e CGJT. nº 006, de 4 de Maio de 2020, e ao Ato Nº 11/GCGJT, de 23 de abril de 2020, que tratam, entre outros assuntos, da realização de sessões de julgamento telepresenciais.

Nesse sentido, a Corregedoria Regional orienta ainda que a realização das audiências esteja alinhada ao Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância deste Tribunal Regional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



No aspecto do prazo para realização das audiências, a Corregedoria Regional entende relevante que se apresente um breve histórico do que está em curso com relação ao Fórum de São José do Rio Preto, como passa a fazer:

dezembro/2017. Protocolo nº 8676/2017 – DG. A Associação de Proteção à Cidadania - APC pleiteia no E. Regional a apuração de problemas relativos à prestação jurisdicional no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto, sobretudo quanto à demora na realização de audiências (rito ordinário), número de servidores, designação de magistrados e remoção de processos arquivados para outro local. Junta atas de correições de 2017;

janeiro/2018. Esta Corregedoria Regional fornece dados extraídos em 15/janeiro/2018 das quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto à Presidência;

agosto/2018. Decisão exarada no Protocolo nº 8676/2017 – DG: “Trata-se de requerimento formulado pela Associação de Proteção à Cidadania – APC, [...] A Secretaria de Gestão de Pessoas, a Assessoria de Apoio aos Magistrados, a Corregedoria Regional e a Secretaria Judiciária prestaram esclarecimentos no âmbito deste expediente. Diante das informações prestadas, concluo que as providências pretendidas pela associação requerente, dentro das possibilidades deste Tribunal, estão sendo tomadas para dar efetividade à prestação jurisdicional, tornando-se de desnecessária, por ora, a instauração do procedimento indicado pela requerente. Dê-se ciência de todas as informações prestadas e dos termos deste despacho à requerente e às unidades jurisdicionais da localidade. Após, archive-se. Campinas, 16 de agosto de 2018 (A) Desembargador Fernando da Silva Borges – Presidente do TRT da 15ª Região”;

fevereiro/2019. Autuação do Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT, em virtude de Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC;

julho/2019. Despacho exarado no Pedido de Providências/Procedimento de Controle Administrativo no CSJT: “[...] Portanto, em não tendo havido lesão à norma legal, norma constitucional, ou de decisão com caráter normativo deste Conselho ou do CNJ, tenho que o presente pedido é manifestamente estranho à competência deste Conselho, razão



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



pela qual não conheço do presente Procedimento de Controle Administrativo, **extinguindo o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 31, IV, do regimento interno. Dê-se ciência à requerente e à requerida.** Publique-se. Brasília, 30 de julho de 2019. (a) Desembargadora Vania Cunha Mattos – Conselheira Relatora” [grifamos];

outubro/2019. Presidência do TRT recebe do CNJ pedido para prestar informações dos fatos anotados no Pedido de Providências autuado naquele órgão e requerido pela APC relativos ao Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto. Objeto do requerimento: demora na realização das audiências nos processos de rito ordinário, ao número insuficiente de servidores e à designação de magistrados. ;

outubro/2019. A pedido da Presidência do E. Regional, esta Corregedoria Regional presta informações sobre as Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. Constatou das informações que a última correição (2018) determinou a apresentação de plano de ação com medidas para reduzir o prazo para realização das audiências para até seis meses (180 dias) ao longo do período de um ano. Todas as Unidades apresentaram seu plano, com foco na mediação

novembro/2019. A Assessoria de Apoio aos Magistrados também se manifesta: “[...] Assim, esta Assessoria, como sempre fez, continuará a observar, nos rodízios periódicos de designações, os critérios estabelecidos pelos normativos vigentes e pela Administração do Tribunal, buscando, no caso em tela, quando viável tecnicamente, encaminhar juiz substituto visando a cobertura dos afastamentos dos Excelentíssimos Juizes que atuam no FT de São José do Rio Preto.[...] Campinas, 4 de novembro de 2019. (A) Itamir Carlos Barcellos Junior – Assessor de Apoio aos Magistrados”

julho/2020. A Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho se manifesta quanto ao Pedido de Providências no CNJ, requerido pela APC. “[...] Diante das alegações da requerente, determino que seja encaminhado ofício à Presidência do Tribunal Regional da 15ª Região, com cópia do presente processo, para ciência, apuração dos fatos e adoção das providências cabíveis, no que se refere à alegação de ineficiência dos serviços prestados no Fórum Trabalhista de São José do Rio Preto – SP, devendo as informações serem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



prestadas no prazo de 30 (trinta) dias. Recebidas as informações, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 16 de Julho de 2020. (a) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho”

julho/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações resultantes do acompanhamento pós-correicional do ciclo 2019 das 4 Varas do Trabalho do Fórum de São José do Rio Preto. A última correição determinou, salvo para a 4ª Vara do Trabalho, a apresentação de plano de ação que propiciasse, ao menos, redução de 30% no prazo para realização das audiências, notadamente, naquelas que estavam com prazos superiores a 6 (seis) meses. Para a 4ª VT foi reconhecido que a ausência do MMº Juiz titular, sem designação regular de Juiz substituto, compromete a busca pela redução no prazo para realização das audiências. **1ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instruções tiveram o prazo de realização reduzido de 568 (quinhentos e sessenta e oito) para 360 (trezentos e sessenta) dias. Por sua vez, as audiências unas do rito ordinário tiveram o prazo para sua realização aumentado para 277 (duzentos e setenta e sete) dias. A Unidade informou que, até 10/12/2019, as pautas foram readequadas, em cumprimento à Meta do CNJ, para o primeiro semestre de 2020, audiências agendadas para o ano de 2021, a serem alocadas no segundo semestre de 2020, após a realização de pautas de mediação que restassem infrutíferas (mediações, retomadas a partir de 13/05/2020). **2ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências de instrução do rito ordinário (com ou sem perícia) houve redução de 109 dias em relação ao verificado em correição, audiências Unas do rito ordinário tiveram aumento de 91 dias em relação ao verificado em correição. **3ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** Audiências Iniciais e Unas dos processos do rito ordinário houve uma redução de 59 dias em relação ao verificado em correição. **4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto.** As Instruções do rito ordinário (com ou sem perícia) tiveram uma redução de 88 dias em relação ao verificado em correição. Por sua vez, as audiências iniciais do rito ordinário sofreram um aumento de 35 dias em relação ao verificado em correição. De forma geral, o acompanhamento do prazo para a realização das audiências, a avaliação da efetividade dos planos propostos e, conseqüentemente, quaisquer medidas voltadas



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ao concreto ajuste das pautas foram severamente prejudicados pela superveniência do regime excepcional de trabalho remoto neste contexto de pandemia. Ainda assim, dentro das limitações fáticas, reconhece-se que as audiências que admitem a modalidade telepresencial estão sendo realizadas - assim como as demais tramitações processuais;

agosto/2020. A Pedido da Presidência do E. Regional a Assessoria de Apoio aos Magistrados informa-a dos recursos alocados e encaminhados para substituição das férias e outros afastamentos dos dois juízes atuantes (juiz titular e/ou juiz substituto fixado) em cada unidade do FT de São José do Rio Preto ou para auxílio para julgamentos de processos pendentes, do final de 2019 até a presente data;

agosto/2020. Informações encaminhadas à Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;

agosto/2020. Resposta da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, no sentido de que **“há necessidade de se promover ação coordenada pela administração local no sentido de se alcançar uma estratégia concreta** visando melhorar, significativamente, o atendimento jurisdicional prestado no Fórum de São José do Rio Preto-SP, especialmente no tocante à demora na realização das audiências que, de fato, contam com agendamento bastante distante. Tem conhecimento de que estão agendadas correições ordinárias nas quatro Varas do Trabalho de São José do Rio Preto para os dias 28 e 29 de setembro próximo (edital CR nº 6/2020). Concessão de prazo **para que seja apresentado um plano de ação, aprovado pela Corregedoria Regional**, visando o enfrentamento da morosidade relatada no presente expediente. [...] Recebidas as informações ou transcorrido o prazo, voltem-me conclusos. BRASÍLIA, 24 de Agosto de 2020 (A) Ministro ALOYSIO CORRÊA DA VEIGA – Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho” [grifamos]”. Ofício à Corregedoria Nacional de Justiça requerendo o elástico do prazo para a Corregedoria-Geral apresentar suas conclusões.

setembro/2020. A pedido da Presidência do E. Regional esta Corregedoria Regional presta informações sobre: a atuação do Grupo de Apoio às Unidades Judiciárias de 1ª Instância nas 4ª e 3ª Varas do Trabalho nessa ordem; o excesso de prazo para realização de audiências já foi objeto de atenção da Corregedoria Regional em Correições Ordinárias anteriores e ensejou determinação, para planejamento pelos Magistrados



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



responsáveis, de medidas para aproximação das audiências designadas em prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias - contando somente com a força de trabalho já existente. A situação se agravou em virtude da pandemia. Sugere a realização de mutirão para realização de audiências, com designação de outros magistrados para o Fórum, com a participação da Secretaria de Gestão de Pessoas para coordenar projeto voltado ao suporte da atuação jurisdicional em audiência. Para elaboração de plano de ação sugere a participação dos magistrados do Fórum, bem como do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Nupemec). Esta Corregedoria Regional entende que a deliberação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho possui “efetiva feição multidisciplinar e demanda os esforços conjuntos de diversas áreas deste Regional, a serem coordenados conforme planejamento da douta Presidência do Tribunal, para reversão do quadro de excesso de prazo na realização de audiências verificado no Fórum de São José do Rio Preto. [...] Campinas, 1º de setembro de 2020. (A) MANUEL SOARES FERREIRA CARRADITA – Corregedor Regional”.

setembro/2020. A Presidência deste Regional determina que o NUPEMEC e a Secretaria de Gestão de Pessoas tomem conhecimento e prestem auxílio, no que couber, na elaboração do Plano de Ação para enfrentamento da morosidade no FT de São José do Rio Preto.

Seguiram-se, assim, manifestações do NUPEMEC e da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Até a data da presente Correição Ordinária, o PROAD correspondente encontra-se sob responsabilidade do Gabinete da Diretoria Geral, para deliberações e prosseguimento.

A saber, por fim, a Corregedoria Regional fiscalizará os resultados do plano que está em elaboração, conforme previsto no projeto correspondente.

17 - FERRAMENTAS ELETRÔNICAS DE EXECUÇÃO E LIBERAÇÃO DE VALORES



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



POR MEIO DO PROJETO GARIMPO DURANTE O ISOLAMENTO SOCIAL DEFLAGRADO PELA PANDEMIA DA COVID-19.

A Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 003/2020, que dispôs sobre medidas para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), estabeleceu, dentre outros pontos, a priorização da liberação de numerários em processos aptos para tanto, *“cabendo aos magistrados avaliar a possibilidade de deferimento de liberação de valores incontroversos”*.

Por sua vez, a Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nº 005/2020, que prorrogou as medidas de enfrentamento à pandemia decorrente da COVID-19 previstas na Portaria Conjunta GP-VPA-VPJ-CR nºs 003/2020, recomendou aos Magistrados que priorizem a pesquisa patrimonial nos processos mediante a utilização dos sistemas eletrônicos como o BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, CCS e SIMBA visando a garantia integral da execução e a continuidade da prestação jurisdicional, diante dos obstáculos técnicos enfrentados para a utilização de outros convênios em razão do trabalho remoto inesperado e compulsório.

Em cumprimento às determinações acima, a 4ª Vara do Trabalho de São José do Rio Preto informou a utilização regular das ferramentas eletrônicas, especialmente Bacenjud, Infojud e Renajud, bem como a liberação de R\$ 130.488,00 (cento e trinta mil quatrocentos e oitenta e oito reais) correspondentes ao saneamento de 66 (sessenta e seis) contas, por meio do Projeto Garimpo, até 24/09/2020.

A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional reconhece o empenho e dedicação do MMos. Juízes e de todos os servidores que atuam na Unidade e recomenda que seja intensificada a dedicação ao Projeto Garimpo, como forma de destinar recursos aí identificados, para o combate à COVID-19. Tudo em rigorosa observância ao Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019 que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Recomendação nº 09/GCGJT, de 24 de julho de 2020 e da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

Recomenda, ainda, que os valores que se encontrem em processos físicos sejam liberados com igual celeridade, observando-se os termos do parágrafo 4º, alíneas a e b, do artigo 11, da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020. Se imprescindível o desarquivamento dos autos físicos, que ele ocorra tão logo seja retomado o trabalho presencial.

18 – SITUAÇÃO ATUAL DA UNIDADE - MEDIDAS IMPLEMENTADAS OU AÇÕES DESENVOLVIDAS DURANTE O PERÍODO DE ISOLAMENTO SOCIAL EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA (COVID-19) - CONSTATAÇÕES:

No questionário pré-correicional, a Senhora Diretora de Secretaria da Unidade informou que:

Acredito que estamos passando por esse período de pandemia sem grandes dificuldades. Ajudaram:

- *as reuniões virtuais, quando necessárias;*
- *a permissão para que os servidores usassem os equipamentos do Tribunal em suas casas; e,*
- *o bom convívio e o espírito colaborativo entre todos os servidores e juízes desta unidade.*

Porém, dificuldades também foram encontradas, e relato abaixo algumas:

- *ergonomia inadequada pois o ambiente doméstico não está devidamente preparado;*
- *internet lenta em alguns casos;*
- *dificuldades com a informática em geral (por exemplo, compatibilizar programas e acessos com o Pje e problemas nos equipamentos exigem uma busca de solução individualmente, na prática);*



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



- maior lentidão na compreensão da fala e da comunicação com a equipe em geral.

Como gestora, senti mais dificuldade em manter uma gestão compartilhada. Quando surge uma questão, uma dúvida ou uma ideia na rotina dos trabalhos, demanda mais tempo e energia para compartilhar com o grupo, receber o feedback e elaborar as soluções conjuntamente.

A Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora Regional frisou a necessidade de manter a ênfase em providências e/ou estratégias que possam aprimorar a gestão do trabalho e das pessoas no período de isolamento.

Em reunião por videoconferência, a Corregedoria Regional pede atenção da Senhora Diretora de Secretaria e de seu Assistente quanto: aos 45 processos arquivados provisoriamente na fase de liquidação, devendo ser dado prosseguimento a eles, em se tratando de processos em que falte a liquidação de sentença, aos incidentes processuais (item 5), à quantidade de recursos sem juízo de admissibilidade (item 6), às maiores idades médias (item 8) e quanto aos processos pendentes de solução (item 14), principalmente quanto àqueles que são objetos da Meta 2 do CNJ.

Indagada sobre a gestão de processos que aguardam o pagamento de RPV/Precatórios, a Corregedoria Regional orienta a observância do Comunicado nº 07/2019 que informa procedimentos a serem adotados para controle de processos em que foi expedido ofício precatório e ofício requisitório de pequeno valor e estejam aguardando pagamento.

19 – RECOMENDAÇÕES:

19.1 – Manter o registro nos autos, mediante despacho, da determinação ou solicitação de envio e expressa anuência do juiz que está na direção do processo, pelas regras de distribuição, antes de proceder à remessa dos autos ao CEJUSC (Art. 75 da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.2 – Não se recusar, como Juízo Deprecado, ao cumprimento de carta precatória inquiritória pela ausência de depoimentos pessoais das partes ou dos quesitos (Art. 85, § 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.3 – Manter a anotação de CTPS realizada pela secretaria da vara do trabalho sem identificação do servidor responsável, nem sequer indicação da existência de determinação judicial a respeito e com expedição de certidão consignando a determinação judicial de anotação a fim de confirmar a autenticidade do registro, a qual é entregue ao trabalhador acompanhada do documento (Art. 92, §§ 1º e 2º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.4 – Observar com rigor o Ato Conjunto CSJT/GP/CGJT nº 01/2019, que dispõe sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente e as disposições da Ordem de Serviço CR nº 1/2020, alterada pela Ordem de Serviço CR nº 9/2020.

19.5 – Manter a observância do Comunicado CR nº 13/2019, o qual divulga os procedimentos a serem observados no arquivamento de processos judiciais e dá outras providências;

19.6 - Manter a revisão periódica dos processos em execução que se encontram em arquivo provisório, com a execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas, por meio da utilização dos Sistemas Eletrônicos de pesquisas patrimoniais, conforme estabelecido na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (Art. 108, III da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.7 – Observar com rigor os normativos: Ordem de Serviço CR nº 02/2019 (cadastramento de execução fiscal ou exclusivamente previdenciária no EXE 15); Ordem



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



de Serviço CR nº 03/2019 (utilização do SABB); Portaria CR nº 07/2019 (análise de petição com depósito de valores); Provimentos GP-CR nº 03 e nº 05/2019 (notificações para entes públicos); Recomendação CR nº 06/2019 (evitar negar processamento ao agravo de instrumento); Recomendação CR nº 07/2019 (incluir nas atas de audiência frase sobre o aplicativo “Mobile”); Comunicado CR nº 7/2019 – controle RPV / Precatório; Comunicado CR nº 11/2019 (utilização de cartas simples); Comunicado CR nº 16/2019 (necessidade de encerramento da execução antes do arquivamento definitivo), Provimento GP-VPJ-CR nº 002/2020 (normas procedimentais para remessa de recurso).

19.8 – Fazer constar expressamente do edital, além dos requisitos do artigo 886 do CPC, a isenção do arrematante com relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, estejam ou não inscritos na dívida ativa, ao determinar a alienação de bem através de leilão judicial ou iniciativa particular (Art. 110 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho);

19.9 - Realizar semanalmente audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando aqueles com maior possibilidade de êxito na composição (art. 108, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho).

19.10 - Observar com rigor a Ordem de Serviço CR nº 4/2020 que normatiza a autoinspeção ordinária anual nas unidades de primeira instância e dá outras providências, atentando-se à sua realização no prazo 6 (seis) meses a contar da data da correição ordinária anual.

19.11 - Observar os termos do Comunicado GP-CR nº 02/2020, que dispõe sobre as gravações das audiências telepresenciais no âmbito das unidades de 1ª instância do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



20 - ATENDIMENTOS:

Não houve atendimento.

21 – OBSERVAÇÕES GERAIS:

21.1 – O MM^o Juiz Titular Júlio César Trevisan Rodrigues reside na jurisdição.

21.2 – A MM^a Juíza Substituta Auxiliar Fixa Priscila Gil de Souza Murad reside na sede da circunscrição, assim como o MM^o Juiz Substituto Rodrigo Fernando Sanita.

21.3 – A Excelentíssima Vice-Corregedora Regional conversou conversou remota e reservadamente com os Magistrados sobre incidentes processuais pendentes de solução.

21.4 – Foi informado pela Senhora Diretora de Secretaria da Vara que foram expedidos ofícios eletrônicos às Subseções da OAB da jurisdição informando sobre a correição ordinária.

22 – ENCERRAMENTO:

No dia 29 de setembro de 2020, às 17 horas, encerraram-se os trabalhos e eu, Suely Suzuki, Coordenadora de Apoio à Vice-Corregedora Regional, lavrei a presente ata que, depois de lida, vai assinada eletronicamente pela Excelentíssima Vice-Corregedora Regional, publicada no DEJT e disponibilizada na página do Tribunal, na internet.